

A PRESENÇA NEGRA NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE A VILA DE MANGUEIRAS EM SALVATERRA (PA)

Érica de Sousa Peres¹
Ana D'Arc Martins de Azevedo²

Resumo: Este artigo originou-se a partir de leituras, estudos e reflexões acerca da resistência do povo negro na ilha do Marajó e seus desdobramentos. O artigo aponta uma pesquisa bibliográfica, por meio de diálogos com alguns autores que tratam da temática. O foco central é aprofundar o debate sobre as lutas que vem sendo travadas por negros e negras marajoaras, a partir do recorte do quilombo de Mangueiras. Haja vista, que antes, os negros africanos escravizados resistiam às condições as quais eram tratados e tinham na formação do quilombo, a possibilidade de ser livre. Na atualidade, seus descendentes ainda lutam e resistem para que as marcas e contribuições da presença negra na região no Marajó sejam reconhecidas e valorizadas. A contribuição dessa pesquisa está centrada, portanto, em desvelar como se deu a presença negra na Amazônia, mais especificamente na região da ilha do Marajó, e como essa presença deixou marcas significativas na cultura desse povo.

Palavras-Chave: Quilombo, Marajó, Resistência.

UMA VOLTA À HISTÓRIA

O processo de colonização da região amazônica foi marcado por grandes conflitos, já que a população indígena resistiu bravamente aos interesses dos colonizadores, que logo vislumbraram a possibilidade de usá-los como escravos no trabalho com a terra, porém não contavam com o enfretamento e a brava resistência dos indígenas, que como profundo conhecedores das florestas que eram, fugiam com facilidade, o que desagradou muito os colonizadores fazendo com que conflitos se intensificassem.

Nessa conjuntura, a igreja católica aparece como um elemento relevante, haja vista, que seu posicionamento era contrário à escravização dos índios nas terras da colônia, uma vez que esta tinha como objetivo a catequização dos gentis, e por essa razão, os missionários tomaram a defesa da liberdade dos nativos, propiciando assim condições favoráveis para a importação de escravos negros para a colônia, já que era preciso garantir a mão de obra para o cultivo da terra. Inicia-se assim, a substituição do trabalho indígena pelo do negro, porém por muito tempo negro e índio dividiram paralelamente o mundo do trabalho escravo.

A escravidão do negro africano foi notória em todas as regiões do Brasil, e a Amazônia não ficou ilesa, porém, a presença negra na Amazônia se tornou intensa a partir da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão em 1755, no

¹Mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Estadual do Pará.

²Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará.

período pombalino, onde se estimulou a produção agrícola na região, e os africanos foram sendo arrancados do seu continente e trazidos em condições insalubres para a região amazônica.

Segundo Salles (1988) “a região amazônica recebeu 50 mil escravos no período entre 1755 e 1820, com o funcionamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão” (SALLES, 1988, p.51).

Grande parte desse contingente de escravos foi encaminhada para a ilha do Marajó, com o intuito de atuar principalmente na criação do gado das grandes fazendas que iam se constituindo nessa região.

No final do século XVII, na condição de escravo, os negros africanos desembarcam em terras marajoaras e passaram a exercer trabalhos ligados, principalmente a pecuária, a agricultura e a pesca. Trabalho esse, que foi de grande relevância para a economia da região, já que a ilha do Marajó se constituía em um dos maiores polos de produção de carne bovina da época.

No entanto, as condições sub-humanas de vida e trabalho a qual eram submetidos, causou-lhes profunda revolta, desta forma a luta e a resistência contra o sistema escravocrata tornou-se uma constante, e assim muitos escravos, ansiosos pela liberdade, fugiam das fazendas buscando espaços que lhes afastassem de seus algozes.

E nesses espaços formaram-se os quilombos, uma das maiores expressões de resistência negra. Salles (1988) apresenta quilombo como “povoado de ex escravos negros foragidos, coletivo de mocambo, que é a habitação propriamente dita (SALLES 1988, p.222).

Esses espaços chamados quilombos passaram a ser uma alternativa de constituir espaços livres, onde os negros pretendiam garantir a sobrevivência de maneira digna e almejavam serem livres, terem liberdade, serem seus próprios “donos”, além de conquistarem um espaço territorial que lhes garantisse “o domínio e o uso da terra”, inicia-se nesse momento histórico, então, o conflito de terras que perdura até hoje na região do Marajó, onde as comunidades remanescentes de quilombos resistem bravamente para não serem esmagadas pelo agronegócio, e permanecem lutando para legitimar seu pertencimento como dono da terra, já que esta fora ocupada lá no passado por seus ancestrais escravizados que criteriosamente as escolhia.

Segundo Castro (1999) o movimento quilombola tem três características básicas. São elas: “Interiorização nos espaços de rios e igarapés menos povoados; Ocupação de novas

terras; Apossamento coletivo como estratégia grupal de defesa de territórios e da reprodução social” (CASTRO, 1999, p. 16).

Em meados do século XIX, é inaugurada a imprensa no Pará, é quando as fugas dos escravos passam a ser divulgadas por anúncios publicados por senhores donos de escravos, que lhes descreviam como “fujões”.

Em linhas gerais, as fugas se davam em direção a floresta com objetivo de esconder e dificultar o acesso dos capitães do mato que lhes caçava tal qual animais. Desse modo, a “fuga” em direção ao quilombo, era na verdade um resgate da sua ancestralidade, ser resinificada com o passar dos tempos.

Nesse aspecto, acerca da cultura Thompson (1995) corrobora em:

Variado conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma dada sociedade específica ou de um período histórico. Fenômenos culturais [...] são fenômenos simbólicos e o estudo da cultura está essencialmente interessado na interpretação dos símbolos e da ação simbólica (THOMPSON, 1995, p.166).

O quilombo então era um espaço, onde havia a possibilidade dos ex-escravos exercerem livremente o conjunto de expressões e manifestações da sua cultura, de seus costumes, suas crenças, sua religião, da sua tradição advinda de outro continente, o que posteriormente em terras amazônicas passa a ser resinificada com o passar dos tempos.

De acordo com Salles (1988), um fator relevante para a movimentação negra e a formação de quilombos na ilha do Marajó foi a participação dos negros no movimento popular denominado Cabanagem que teve grande repercussão na Província do Grão-Pará, sobretudo, em terras marajoaras, onde se localizou um importante foco da revolta.

Em tal levante popular, os negros não só se inseriam como foram lideranças importantes, e isso incomodou as autoridades que impuseram medidas que proibisse “o ajuntamento de escravos possuídos de ideias partidárias”, haja vista que negros africanos escravizados assim como afros brasileiros tiveram participação relevante na revolução cabana, inclusive sendo líderes de batalhões.

O estado do Pará vivenciou conjuntamente o movimento revolucionário dos cabanos, e os ideais de liberdade do movimento de independência que envolvia todo Brasil, tal movimentação propiciou grandes revoltas, propiciando um grande número de fugas de negros que deixavam a senzala e partiam em busca da liberdade, e assim iam ampliando o número de quilombos e mocambos na Amazônia (SALLES, 1988, p.266-71).

Um Olhar Sobre a Vila de Mangueiras em Salvaterra (PA)

A ilha do Marajó se mostra diante desse contexto ocorrido durante o período da escravidão, como um território que carrega consigo uma história marcada pela diáspora africana em terras marajoaras. O que nos evidencia a presença negra existente e marcante nesse recorte amazônico, o território marajoara, é que hoje resiste ao tempo e se representa pela existência de várias comunidades quilombolas e inúmeras famílias de afrodescendentes que compõe a população marajoara.

Essa ilha é um arquipélago localizado ao norte do estado Pará, considerado a maior ilha fluvio-marítima do mundo, com cerca de 50 mil m² de extensão, sendo formado por cerca de três mil ilhas e ilhotas. O arquipélago marajoara atualmente possui 16 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currealinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, com destaque para as duas cidades mais populares do arquipélago que são: Soure e Salvaterra, devido à proximidade com a capital do estado Belém.

Aqui destacamos o município de Salvaterra colonizado por frades jesuítas por volta do século de XVIII, que se instalaram na vila de Monsarás, quando esta era a então sede do município, tendo sido considerada porta de entrada dos colonizadores na ilha.

Atualmente é um dos municípios de menor tamanho da ilha do Marajó, porém, a presença do negro e de sua influência se fez marcante, tornando a cidade de maior concentração de comunidades remanescentes de quilombos, da Ilha do Marajó, conta com pelos 18 comunidades quilombolas, que datam de 1850, período que antecede a abolição da escravidão, o que demonstra a resistência dessas comunidades que estabelecem laços de parentesco entre si, o que se faz presente ainda hoje e perpetua assim “o reconhecimento de uma história comum, entre as comunidades; a sua condição de herdeiros da terra”, (MALUNGU, 2006, p. 4). Bem como, o sentimento de pertencimento com essa terra que outrora foi de seus ancestrais. Mantendo um elo entre todos os quilombos, já que surge a partir do quilombo-mãe, o quilombo de Mangueiras, ou vila de Mangueiras.

Trata-se de uma comunidade remanescente de quilombo, que fica situado a cerca de 2h30 rio adentro do município de Salvaterra na ilha do Marajó, onde o acesso é dificultado pela necessidade de transporte aquático e terrestre, mas mesmo assim, mantem laços com as outras comunidades, influenciando inclusive na formação de outros quilombos, o que se confirma quando, segundo os moradores mais antigos de todos os

outros quilombos, afirmam que todos outros quilombos da região formaram-se partir de Mangueiras.

Essas narrativas baseadas nas memórias convergem sempre descrevendo que alguém que veio de Mangueiras se instalou em outra terra formando assim outro quilombo. Percebe-se que essa lembrança se faz relevante, uma vez que, trata-se do fruto de um processo coletivo, que indica onde tudo começou.

Halbwachs (2004) esclarece que:

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros de um grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista, sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 2004, p.55).

Desse modo, cada morador antigo de quilombos vizinhos, tem uma lembrança da formação e/ou início de sua comunidade, o que é uma lembrança individual, porém quando se trata de memória coletiva, a lembrança está sempre ligada ao quilombo-mãe, isto é, supostamente ao primeiro quilombo da ilha do Marajó, onde a história da maior expressão de resistência negra se inicia.

Legitimando as memórias dos indivíduos pertencentes desse lugar passa-se a reconhecer e reconstruir uma história que esteve silenciada durante longos anos. E mesmo não tendo sua história de origem, escrita e/ou documentada, guardam em suas memórias, a história de suas origens, de sua gênese.

O primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento- aparentemente histórico- a existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem (LE GOFF, 1992, p. 428).

Atualmente os laços entre diversas comunidades remanescentes de quilombos da região de Salvaterra se mantêm, havendo reciprocidade que envolve participação nas festas, casamentos e até pequenas estradas, haja vista que para chegarem à sua comunidade tem de necessariamente passar por dentro de outra.

O sentimento de pertencimento dos atuais moradores da vila de Mangueiras no Marajó se faz presente, por meio de tradições que ainda se mantem latentes em seu cotidiano, o que pode ser representado pela forma de organização que seus moradores vivem e/ou convivem mantendo a disposição das casas da vila organizadas em forma circular, cujo centro tem um grande pasto. Essa circularidade remete ao princípio fundamental da vida, o ciclo.

E de acordo com Anjos (2010), o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e de pertencimento territorial, e geralmente a sua população tem um traço comum.

Desse modo, a titulação e a regulamentação do território é o reconhecimento, a preservação e resistência dos costumes, práticas religiosas e saberes ancestrais do povo negro africano que contribuiu significativamente para a cultura marajoara.

Atualmente, o meio de subsistência é a pesca e os programas assistenciais como a bolsa família, pois a agricultura desapareceu devido estarem encurralados pelo agronegócio, donos de grandes fazendas que criam os gados soltos, destruindo qualquer possibilidade de plantação, e ainda no que tange as manifestações culturais, como, por exemplo, o boi-bumbá, as rezas, as ladainhas e religiosidade que mantem com firmeza o som dos tambores dos cultos afrodescendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato é notória não só a presença negra na Amazônia, mais precisamente na região da ilha do Marajó, como também a resistência do povo negro que outrora, lutava contra a escravidão, que tanto os oprimiam e hoje ainda permanece resistindo para manter viva sua tradição, sua cultura e seus costumes peculiares, não obstante a isso, sua maior luta atual é pela preservação da terra de seus ancestrais, tal qual Palmares, por exemplo, ainda no período colonial perdura a árdua luta em fazendeiros e quilombolas pela titulação das terras, uma vez que a terra é fundamental para sua subsistência.

A aproximação com a comunidade da vila de Mangueiras em Salvaterra, ilha do Marajó nos revela quanto é importante dar a voz a vozes silenciada pela história oficial, uma vez que, o ficou à margem, “o que não foi dito” constitui socialmente, historicamente e culturalmente “o ser amazônico“, já que o povo africano que aportou na ilha do Marajó, assimilou e agregou valores, crenças, religiosidades e costumes que até hoje perduram no cotidiano da vida local, mesmo tendo sido subjugados pela cor da sua pele e pelas condições que foram submetidos.

Desse modo, reconhecer e valorizar a contribuição negra para a Amazônia e desvelar a africanidade latente em nós, homens e mulheres amazônicos e buscar incessantemente possibilidades de nos libertarmos daquilo que nos aprisiona.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **O Brasil africano: Geografia e Territorialidade**. Brasília: CIGA-CESPE-UnB, 2010.
- CASTRO, Edna. “**Terras de pretos entre igarapés e rios**”. Artigo parte integrante do relatório de pesquisa “quilombola de Bujarú. Memória da escravidão, territorialidade e titulação da terra” elaborado na pesquisa Mapeamento das comunidades negras rurais no estado do Pará. UNAMAZ, e no âmbito da pesquisa NAEA/UFPA, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2ª ed. Tradução Bernardo Leitão...[et al]. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- MALUNGU. Coordenação Estadual Associações de Remanescente de Quilombos do Estado Pará. **Nova cartografia social da Amazônia. Quilombolas da ilha de Marajó Pará**. Belém, janeiro de 2006.
- SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Brasília MIC/SECULT, 1988.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.